

DROGARIA SÃO PAULO S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 61.412.110/0001-55

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2010 inauguramos 26 novas lojas e adquirimos, em 21 de junho de 2010, 72 lojas da rede de drogarias Organização Farmacêutica Drogão Ltda. ("Drogão"), que somadas às lojas da Drogaria São Paulo totalizou 342 lojas (crescimento de 37,3% em relação às 249 lojas existentes em 2009). Com a aquisição da rede Drogão nossa receita bruta de vendas cresceu de R\$ 1.706.281.873,22 em 2009 para R\$ 2.214.171.316,38 em 2010 (variação de 29,8%, considerando 7 meses de operações da rede Drogão). O lucro bruto no mesmo período cresceu de R\$ 361.138.033,36 para R\$ 500.933.784,10 (variação de 38,7%) Se considerarmos a operação consolidada durante todo o ano de 2010 (12 meses da rede Drogão), a receita bruta de vendas foi de

R\$ 2.323.234.346,61 e o Lucro Bruto R\$ 535.719.987,56. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas as Demonstrações Financeiras para os anos findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes. Por fim, agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança, e especialmente aos nossos colaboradores pelo empenho e dedicação durante 2010.

São Paulo 13 de maio de 2011

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09			31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	13.959	11.651	14.779	12.440	Fornecedores	17	231.030	205.311	231.573	205.652
Contas a receber	8	79.698	38.449	88.577	46.048	Salários, provisões e contribuições sociais	19	42.336	28.626	45.482	31.281
Estoques	9	250.917	209.747	260.853	219.199	Financiamentos	16	44.954	11.480	44.954	11.480
Impostos a recuperar	10	27.695	17.976	27.815	17.976	Imposto de renda e contribuição social	-	1.976	411	2.377	-
Créditos diversos		16.701	12.147	18.403	13.903	Impostos e contribuições a recolher	18.a)	7.775	5.180	8.069	5.404
Total do ativo circulante		388.970	289.970	410.427	309.566	Juros sobre o capital próprio a pagar	21.c)	7.524	5.182	7.524	5.239
Não Circulante						Impostos e contribuições - parcelamento	18.b)	1.570	326	2.935	1.639
Realizável a longo prazo:						Receitas a realizar		1.754	1.200	1.754	1.200
Depósitos judiciais	20	15.255	13.881	15.494	14.238	Outras contas a pagar		28.170	19.914	29.070	19.113
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.a)	4.649	8.163	4.649	8.163	Total do passivo circulante		365.113	279.195	371.772	283.385
Partes relacionadas	12	444	239	444	7.820	Não Circulante					
Contas a receber de ex-acionistas	6.b)	36.249	-	36.249	-	Financiamentos	16	90.960	2.121	90.960	2.121
Outros créditos		346	220	360	220	Impostos e contribuições - parcelamento	18.b)	16.487	2.719	18.524	5.991
Investimentos em controladas	13	56.943	22.503	57.196	30.441	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.a)	5.164	-	5.164	-
Imobilizado	14	108.369	66.702	112.034	70.254	Partes relacionadas - mútuo	12	690	8.830	690	8.830
Intangível	15	39.142	19.309	39.327	19.602	Receitas a realizar		1.000	2.287	1.000	2.287
Ágio	6.b)	99.328	-	99.328	-	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	39.641	23.975	40.787	24.821
Total do ativo não circulante		319.500	131.585	307.885	120.29	Total do passivo não circulante		153.942	39.932	157.125	44.050
Total do Ativo		708.470	421.555	718.312	429.863	Patrimônio Líquido	21				
						Capital social		60.229	55.680	60.229	55.680
						Reserva de capital		69.511	1.708	69.511	1.708
						Reservas de lucros		59.675	45.040	59.675	45.040
						Total do patrimônio líquido		189.415	102.428	189.415	102.428
						Total do Passivo e Patrimônio Líquido		708.470	421.555	718.312	429.863

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)

Saldos em 31 de Dezembro de 2008	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido (IFRS e BR GAAP)
				Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.971	32.971
Aumento de capital	22.088	-	-	-	-	-	22.088
Proposta de destinação do lucro líquido:							
Transferência para reservas de lucros	21.e)	-	-	28.232	(28.232)	-	-
Reserva legal	21.c)	-	1.648	-	(1.648)	-	-
Juros sobre o capital próprio	21.b)	-	-	-	(3.091)	(3.091)	(3.091)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009		55.680	1.708	10.018	35.022	-	102.428
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	21.473	21.473
Aumento de capital via emissão de ações	21.a)	4.549	67.803	-	-	-	72.352
Proposta de destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	21.c)	-	-	1.074	(1.074)	-	-
Transferência para reservas de lucros	21.e)	-	-	13.561	(13.561)	-	-
Dividendos intermediários referentes a 2010	21.b)	-	-	-	(692)	(692)	(692)
Dividendo mínimo obrigatório imputado aos juros sobre o capital próprio	21.b)	-	-	-	(6.146)	(6.146)	(6.146)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		60.229	69.511	11.092	48.583	-	189.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

Receita Operacional Líquida	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Custo das Mercadorias Vendidas	23	(1.562.310)	(1.302.145)	(1.642.099)	(1.301.357)
Lucro Bruto (Despesas) Receitas Operacionais		413.473	356.661	500.934	361.138
Vendas	23	(276.582)	(238.116)	(337.504)	(240.294)
Gerais e administrativas	23	(79.085)	(56.006)	(102.001)	(56.752)
Depreciações e amortizações		(21.613)	(15.723)	(23.970)	(15.808)
Equivalência patrimonial	13	(9.007)	984	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	24	15.924	2.059	14.116	1.990
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro		(370.363)	(306.802)	(449.359)	(310.864)
Resultado Financeiro		43.110	49.859	51.575	50.274
Despesas financeiras	25	(15.193)	(11.099)	(19.171)	(11.117)
Receitas financeiras	25	5.283	8.323	5.497	8.327
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(9.910)	(2.776)	(13.674)	(2.790)
Imposto de Renda e Contribuição Social		33.200	47.083	37.901	47.484
Correntes	11.b)	(8.213)	(14.045)	(12.914)	(14.446)
Diferidos	11.b)	(3.514)	(67)	(3.514)	(67)
Lucro Líquido do Exercício		21.473	32.971	21.473	32.971
Atribuível a:					
Participação controladora				21.473	32.971
Participação não controladora				-	-
Lucro Líquido Por Ação - R\$				21.473	32.971
Básico	27			0,87	1,39
Diluído	27			0,87	1,39

A Companhia não possui valores a serem divulgados como resultados abrangentes no exercício corrente nem no exercício anterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em Milhares De Reais - R\$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		33.200	47.083	37.901	47.484
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações (inclui valor apropriado ao custo)	14 e 15	21.613	15.723	23.970	15.808
Equivalência patrimonial	13	9.007	(984)	-	-
Resultado na venda de ativo imobilizado		489	774	519	774
Encargos financeiros sobre financiamentos		10.669	1.253	10.669	1.253
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(11.005)	1.366	(10.705)	2.212
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(29.407)	(1.869)	(30.687)	294
Estoques		(17.046)	(58.344)	(17.530)	(59.343)
Impostos a recuperar		(9.719)	(15.933)	(9.839)	(15.873)
Depósitos judiciais		(914)	(1.245)	(796)	(1.341)
Outros ativos operacionais		(1.946)	(925)	(1.697)	(494)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		9.285	52.588	9.487	52.645
Impostos e contribuições a recolher		1.923	(3.386)	810	(3.863)
Salários, provisões e contribuições sociais		9.206	4.742	9.697	3.863
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.189)	(16.986)	(14.880)	(17.325)
Outros passivos operacionais					
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.000	1.280	5.089	(1.136)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		17.166	25.137	12.008	24.958
Aquisição de controladas		(19.398)	-	(19.398)	-
Caixa e equivalentes de caixa recebidos de parte relacionada por reestruturação societária		-	-	-	1.138
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(54.752)	(38.697)	(57.144)	(38.916)
Recursos concedidos a partes relacionadas	12	(8.345)	5.367	(764)	5.367
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(82.495)	(33.330)	(77.306)	(32.411)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		21.473	32.971	21.473	32.971
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	21.b)	(3.574)	-	(3.574)	-
Financiamentos obtidos	16	87.734	13.601	87.734	13.601
Amortização de financiamentos		(16.523)	(3.975)	(16.523)	(3.926)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		67.637	9.626	67.637	9.675
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		2.308	1.433	2.339	2.222
Demonstração da Variação nos Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa					
Saldo inicial		11.651	10.218	12.440	10.218
Saldo final		13.959	11.651	14.779	12.440
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		2.308	1.433	2.339	2.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Drogaria São Paulo S.A. ("Companhia") tem por objetivo o comércio em geral, no varejo, de drogas e medicamentos, especialidades farmacêuticas e homeopáticas, produtos químicos, acessórios, artigos de perfumaria e essências, artigos odontológicos, óticos e correlatos, além do comércio atacadista, como distribuidora de drogas e medicamentos de uso humano e produtos correlatos. A Companhia é controlada da Companhia Comercial de Drogas e Medicamentos - CODROME ("CODROME"), sociedade anônima brasileira de capital fechado com sede na Avenida da Liberdade, 844 - 1º andar, Liberdade, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía as seguintes controladas: • Ferreira Bentes Comércio de Medicamentos Ltda. ("Farmax") - tem por objetivo o comércio varejista de medicamentos alopáticos e correlatos e produtos de perfumaria e assemelhados. • Drogão Administradora de Cartões de Crédito, Comércio e Participações Ltda. ("Drogão Cartões") - tem por objetivo a prestação de serviços de administração de cartão de crédito, débito e de fidelidade, bem como serviços de elaboração de cadastros, análise e concessão de crédito, cobrança e serviços correlatos. As empresas têm interesses convergentes e o gerenciamento de suas operações está sob o comando da Companhia, tornando mais eficiente o cumprimento de seus objetivos comerciais e financeiros, contribuindo para a tomada de decisão por parte da Administração. A Companhia definiu plano estratégico de expansão de suas operações, visando à maior abrangência geográfica no País. Como parte desse plano, durante o ano 2010 foram inauguradas 20 lojas no Estado de São Paulo, 3 no Estado de Minas Gerais e 3 no Estado do Rio de Janeiro e foram encerradas, por motivos estratégicos, 4 filiais no Estado de São Paulo e 1 no Estado da Bahia. Adicionalmente, em 21 de junho de 2010, foi adquirida a rede de drogarias Organização Farmacêutica Drogão Ltda. ("Drogão"), que somou à rede mais 72 lojas no Estado de São Paulo, totalizando 342 lojas em 2010 (249 em 2009).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Consolidado (IFRS e BR GAAP)". • As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Companhia (BR GAAP)". As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidados atribuíveis aos acionistas da Companhia, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas em IFRSs e BR GAAP, e o patrimônio líquido e o resultado da Companhia, constantes nas demonstrações financeiras individuais em BR GAAP, a Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as IFRSs. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia avaliou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a CPC 40. Os efeitos da adoção das IFRSs

e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 5. **2.3. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. As empresas que compõem as demonstrações financeiras consolidadas são representadas pela Companhia e suas controladas, com as seguintes participações societárias:

	Participação societária - %	
	2010	2009
Farmac	100,00	100,00
Drogão Cartões	100,00	-

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem os seguintes procedimentos:
 • Eliminação dos direitos e das obrigações, das receitas, dos custos e das despesas decorrentes de negócios realizados entre as sociedades incluídas na consolidação.
 • Eliminação do investimento na controladora contra o patrimônio líquido das controladas.
 • Identificação da participação dos não controladores no resultado das controladas consolidadas e no balanço patrimonial consolidado dentro do patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia e das controladas. **(a) Princípios gerais:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas e os correspondentes custos são registrados quando da transferência dos riscos e benefícios associados às mercadorias e aos produtos vendidos e aos serviços prestados. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e descontos comerciais. **(b) Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional e de apresentação utilizada para mensurar os itens da Companhia e das controladas nas demonstrações financeiras é o real (R\$), representando o principal ambiente econômico no qual as empresas atuam. **(c) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros adquiridos com a finalidade de realização no curto prazo, mantidos para negociação. **(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Compreendem os ativos financeiros não derivativos com vencimentos definidos adquiridos com a finalidade de realização no vencimento, mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. **(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreendem os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas ou não em mercados ativos, que possam ter os seus valores justos razoavelmente estimados. **(iv) Empréstimos e recebíveis:** Compreendem os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São considerados nessa categoria os ativos caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber. As compras e vendas regulares dos ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os custos de transação, debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são registrados pelo regime de competência na demonstração do resultado, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, quando realizados ou incorridos. A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, para outra empresa. Em casos de não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. **(d) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como: **(i) Valor justo por meio do resultado:** Compreendem os passivos mantidos para negociação mensurados pelo valor justo e cujos ganhos ou perdas são reconhecidos diretamente no resultado. **(ii) Outros passivos financeiros:** Compreendem os passivos mensurados pelo método do custo amortizado com alocação dos juros efetivos incorridos pelo respectivo período do contrato. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **(e) Ativo circulante: • Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento de cada período de relatório, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. • Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa. Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos controladas por faixa de vencimento. A provisão para perdas é constituída para os títulos vencidos há mais de 180 dias e os créditos considerados irrecuperáveis são reconhecidos no resultado. As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações financeiras. • Estoques; Registrados pelo custo médio de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para ajustá-lo ao valor líquido de realização, constituída com base no giro dos estoques e para itens cuja realização é considerada remota pela Administração. **(f) Ativo não circulante: • Investimentos;** A Companhia possui investimentos em controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As vendas de produtos entre as empresas são eliminadas para fins de consolidação. Uma controlada é uma empresa sobre a qual a Companhia possui controle, definido como o poder de governar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. • Imobilizado; Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens. As instalações e benfeitorias nas unidades locais da Companhia e das controladas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14. Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável. A Administração da Companhia e das controladas, em seu melhor julgamento, entende que os principais ativos não sofreram significativas variações de preço desde a data de formação e/ou reforma, e, ainda, que as taxas admitidas para a depreciação representam adequadamente o tempo de vida útil-econômica esperada para os bens do ativo. • Intangível; **Adquiridos separadamente.** Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada. Os gastos com cessão comercial pagos quando da assinatura dos contratos de aluguel dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos e amortizados linearmente pelo prazo de locação. **Gerados internamente.** O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento de software é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: **(i)** a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; **(ii)** a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; **(iii)** a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e **(iv)** a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável. • Avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível, exceto o ágio. Os bens do imobilizado, do intangível com vida útil definida e, quando aplicável, de outros ativos não circulates são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda, quando identificada, corresponde ao maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda do ativo é reconhecida ao resultado. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nas Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") definidas pela Administração e utilizadas para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil dos ativos associados, correspondentes à operação da Companhia e de cada uma das lojas. No processo de avaliação são utilizados indicadores de desempenho operacional e financeiro estabelecidos pela Administração, e, diante da indicação de perda de valor recuperável, é realizada análise comparativa, para cada UGC, entre o valor apurado pelo fluxo de caixa descontado a valor presente e o respectivo valor contábil. Se o montante recuperável de uma UGC calculado for menor que seu valor contábil, a perda, correspondente à redução do ativo ao seu valor de recuperação, é reconhecida ao resultado. • Combinação de negócio e ágio; As aquisições de negócios efetuadas a partir de 2010 são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos assumidos e dos passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição e das participações emitidas pela Companhia em troca do ativo da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na

adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Quando a contrapartida transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes no ágio. Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na empresa adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição, ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. **Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente. **(g) Passivos circulante e não circulante:** • Financiamentos; Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada período de relatório. • Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. As provisões são reconhecidas mediante uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado na data de encerramento de cada período de relatório. As provisões são registradas pelo montante provável de perda, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 20. **(h) Outros ativos e passivos, circulates e não circulates:** Os ativos estão apresentados pelo custo ou valor líquido de realização, se inferior, e os passivos demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até a data de encerramento de cada período de relatório. **(i) Arrendamento mercantil:** As locações de lojas foram classificadas como arrendamento operacional, no qual os pagamentos efetuados são registrados como despesa pelo método linear, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos contingentes (parcela variável em virtude da receita de vendas) são reconhecidos como despesa nos períodos em que são incorridos. **(j) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** • Correntes; As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, com base no lucro contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis. • Diferidos; O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias da Companhia e de suas controladas. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias e estão apresentados no ativo e passivo não circulante. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no período quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada na data de encerramento de cada período de relatório e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação. **(k) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A proposta de distribuição de dividendos, sobre os quais são imputados os juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Companhia que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Companhia. Por outro lado, se houver, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos". **(l) Apresentação do lucro líquido por ação:** O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 - Resultado por Ação, conforme nota explicativa nº 27. **(m) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** O CPC ainda não editou os pronunciamentos e as modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas a seguir. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. Dessa forma, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Modificações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas às IFRS 7 para adotantes iniciais	01/07/10
Modificações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRS	01/07/11
Modificações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros	01/07/11
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros	01/01/13
Modificações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40	01/01/12
Modificações à IAS 32	Classificação de direitos	01/02/10
Modificações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	01/01/11
IFRIC 19	Liquidando passivos financeiros com instrumentos de patrimônio	01/07/10
IFRIC 13	Programa de fidelidade de clientes	01/07/10
Modificações à IAS 24	Divulgação de partes relacionadas	01/01/11

A Administração está efetuando a revisão detalhada para que se possa avaliar, de forma razoável, os possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

4. PRINCIPAIS FONTES DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

A elaboração das demonstrações financeiras requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no período em que são revistas. **(a) Redução dos valores de recuperação dos ativos:** Os itens dos ativos imobilizado e intangível, com prazo de vida útil definida, que apresentam indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros e econômicos, e considerando prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados, através de estudo detalhado para cada UGC pelo cálculo dos fluxos de caixa futuros descontados e utilização de taxa para desconto a valor presente, para assegurar que eventual provisão para perdas do valor contábil seja registrada no resultado do período analisado. **(b) Redução ao valor recuperável do ágio:** Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das UGCs para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das referidas UGCs e a taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. **(c) Provisão para perdas com estoques:** A provisão para perdas está relacionada à obsolescência dos estoques. No caso das controladas, a provisão corresponde aos estoques sem condição de venda, por deterioração ou pelo giro acima das estimativas previstas. **(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber de clientes são controladas por faixa de vencimento, sendo constituída provisão para perdas com títulos vencidos há mais de 180 dias. Os créditos considerados irrecuperáveis são reconhecidos diretamente ao resultado. **(e) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** As provisões constituídas para processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda é amparada pela opinião dos advogados externos da Companhia e de suas controladas. **(f) IRPJ e CSLL diferidos:** Os ativos de IRPJ e CSLL diferidos são registrados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias, o qual é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

5. TRANSIÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas IFRSs, novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos pelo CPC. Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração adotou todos os pronunciamentos técnicos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC, que, em conjunto com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Companhia aplicou as práticas contábeis definidas nas notas explicativas nº 2 e nº 3 em todos os períodos apresentados, a partir das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2010, tendo como data de transição o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Administração aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 - Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro e no pronunciamento técnico CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. **5.1. Comentários à transição:** Na elaboração de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia não identificou nenhum ajuste relevante

decorrente da adoção dos novos pronunciamentos técnicos, em BR GAAP ou IFRS, que pudesse afetar o seu balanço patrimonial e suas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, bem como o balanço patrimonial levantado na data de transição, em 1º de janeiro de 2009. A transição para as IFRSs (consolidado) e a adoção do CPC 15 ao CPC 43 (individual) resultou nas seguintes reclassificações e divulgações adicionais: **(a) Divulgação: (i) CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros:** Evidenciação. O pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 requer a apresentação de informações que permitam aos usuários avaliar a significância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e performance da entidade, a natureza e a extensão dos riscos oriundos de instrumentos financeiros aos quais a entidade está exposta e a forma pela qual a entidade gerencia esses riscos. A Administração efetuou a divulgação adicional requerida em suas informações e demonstrações financeiras de acordo com as exposições financeiras e de negócio, além do seu gerenciamento de risco e capital, conforme nota explicativa nº 28. **(ii) CPC 41/IAS 33 - Resultado por Ação.** O pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 determina que o resultado por ação deve ser calculado e divulgado em: **(1)** básico, dividindo-se o lucro ou prejuízo pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, durante o período; e **(2)** diluído, no qual o lucro ou o prejuízo atribuído aos titulares de ações ordinárias é ajustado (capital próprio ordinário), bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. **(b) Reclassificações. (i) CPC 36/IAS 27 - Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas De acordo com o pronunciamento técnico CPC 36/IAS 27,** a participação não controladora é apresentada no balanço patrimonial como parte do patrimônio líquido, segregada da participação dos acionistas da controladora. Na demonstração do resultado, a participação não controladora não é deduzida na avaliação do lucro líquido, sendo apenas destacada da participação dos acionistas da controladora. **(ii) CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.** O pronunciamento técnico CPC 26/IAS 1 determina a base de apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, para assegurar a comparabilidade, seja das demonstrações de períodos anteriores da mesma entidade, seja das demonstrações financeiras de outras entidades. O principal impacto está na alocação integral do imposto de renda e da contribuição social diferidos para o ativo não circulante. **(iii) CPC 39/IAS 32 - Instrumentos Financeiros:** Apresentação. Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 39/IAS 32, os saldos dos depósitos judiciais estão classificados no ativo não circulante. **5.2. Aplicação da IFRS 1 e do CPC 37(R1):** Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras a ser apresentadas de acordo com as IFRSs. A Companhia preparou o balanço de abertura em 1º de janeiro de 2009, de acordo com a IFRS 1, aplicando as exceções obrigatórias e certas isenções, retrospectivamente, na aplicação integral das IFRSs. A Companhia adotou as seguintes isenções, opcionais, na aplicação retrospectiva integral: **(a)** Isenção para combinação de negócios - a Administração optou por não aplicar retrospectivamente o pronunciamento técnico CPC 15/IFRS 3 nas combinações de negócios passadas. **(b)** Isenção sobre ativos e passivos de controladas, entidades controladas em conjunto e coligadas - as controladas da Companhia não possuem demonstrações financeiras apresentadas em IFRS na data de transição; por essa razão, a Administração optou por adotar a mesma data de transição em suas controladas. **(c)** Isenção relativa à designação de instrumentos financeiros reconhecidos anteriormente - a Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com a IAS 32 e IAS 39 (equivalentes aos pronunciamentos técnicos CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, respectivamente) na data de transição; portanto, a análise retrospectiva dos contratos originais, dos atuais instrumentos financeiros, não foi efetuada na data de transição para as IFRSs/CPCs. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados de acordo com as IFRSs/CPCs na data de sua contratação. **(d) Para as seguintes opções a Companhia não possui transações e/ou não se aplica para suas operações na data de transição: (i)** transações de pagamentos baseados em ações; **(ii)** contratos de seguro; **(iii)** determinação da existência de contratos que contenham arrendamentos; **(iv)** benefícios de longo prazo a empregados; **(v)** diferenças acumuladas de conversão; **(vi)** não há apresentação de demonstrações separadas, que levassem a avaliar os investimentos pelo custo e/ou valor justo; **(vii)** instrumentos financeiros compostos; **(viii)** passivos decorrentes de desativação incluídos no custo de ativos imobilizados; **(ix)** ativos financeiros e ativos intangíveis contabilizados de acordo com a interpretação técnica ICPC 01/IFRIC 12 - Contrato de Concessão; **(x)** transferência de ativos de clientes; e **(xi)** liquidação de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais. A Companhia adotou as seguintes exceções na aplicação retrospectiva: **(a) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:** a Administração concluiu não existirem ativos e passivos financeiros não derivativos que deveriam ser excluídos dos registros contábeis, na data de transição para as IFRSs. **(b) Contabilização de operações de "hedge"** - a Companhia não possuía nenhuma transação classificada como "hedge" para fins de IFRS na data de transição; por essa razão, não existiam ajustes a ser contabilizados. **(c) Participação de não controladores:** a Administração da Companhia avaliou a aplicação das exigências previstas no CPC 35 e CPC 36/IAS 27 - Demonstrações Consolidadas e Separadas e concluiu que: **(i)** a Companhia não possui resultado abrangente a ser distribuído entre controladores e não controladores que pudesse resultar em uma participação de não controladores negativa (saldo devedor); **(ii)** a Companhia não possuía mudanças de participação em controladas que deveriam ser classificadas no patrimônio líquido por não resultarem em perda de controle; e **(iii)** a Companhia não possui operações descontinuadas.

6. AQUISIÇÃO DE EMPRESA: (A) EMPRESA ADQUIRIDA

Em 21 de junho de 2010, a CODROME, controladora da Companhia, e os cotistas das empresas Drogão, que atua no ramo de varejo farmacêutico, e Drogão Cartões, que administra os cartões de crédito concedidos a clientes da rede, celebraram uma operação que resultou na transferência integral das participações do Drogão e Drogão Cartões para a Companhia. As partes envolvidas na operação descrita entendem que a consolidação das operações da Companhia e do Drogão irá resultar na redução de custos redundantes e ganho de escala operacional, que viabilizarão investimentos mais elevados e uma maior taxa de crescimento de forma sustentada, em linha com a estratégia de contínua expansão dos negócios da Companhia, resultando em maior eficiência e competitividade para fazer frente aos desafios do mercado nacional do ramo de varejo farmacêutico. **(b) Análise dos ativos e passivos adquiridos:** Em cumprimento aos dispositivos do pronunciamento técnico CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, a Companhia contratou terceiros especialistas para avaliar o valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis do Drogão. Para os demais ativos e passivos, a Companhia, após análises, concluiu que não havia diferenças significativas entre o valor registrado nos livros locais e o valor justo a ser contabilizado, exceto pelos estoques, os quais foram valorizados pelo preço da última compra, e a provisão para passivos contingentes, a qual estava totalmente garantida pelos antigos cotistas do Drogão e Drogão Cartões. Assim, com base no laudo de avaliação emitido por especialistas, na data-base 31 de maio de 2010, os valores registrados na aquisição foram:

Descrição	Valor registrado nos livros locais	Ajustes	Valor justo na aquisição
Ativo circulante:			
Disponível	5.611	-	5.611
Contas a receber de clientes	11.842	-	11.842
Estoques	24.124	-	24.124
Outros créditos	2.958	-	2.958
Contas a receber - ex-acionistas (ii)	-	34.744	34.744
Ativo não circulante:			
Depósitos judiciais	460	-	460
Imobilizado	10.968	-	10.968
Intangível	2.692	15.190	17.882
Passivo circulante:			
Fornecedores e outras contas a pagar	(16.434)	-	(16.434)
Salários e encargos sociais	(4.504)	-	(4.504)
Financiamentos	(13.963)	-	(13.963)
Impostos a pagar	(3.155)	-	(3.155)
Outras contas a pagar	(2.488)	-	(2.488)
Passivo não circulante:			
Financiamentos	(26.470)	-	(26.470)
Parcelamento de impostos	(3.762)	(8.767)	(12.529)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(5.164)	(5.164)
Provisão para contingências (i)	-	(25.977)	(25.977)
	<u>(12.121)</u>	<u>10.026</u>	<u>(2.095)</u>

Acevo líquido adquirido Drogão Cartões 119
 (-) Valor pago na aquisição 97.328
 Ágio na aquisição 99.328

(i) A Companhia efetuou as análises das contingências prováveis e possíveis e reconheceu o montante desses riscos (vide nota explicativa nº 20). **(ii)** Valor de passivos indenizáveis de responsabilidade individual e sem solidariedade dos ex-cotistas do Drogão, conforme contrato de subscrição firmado em 21 de junho de 2010. Dessa forma, o valor das provisões para passivos indenizáveis registrados no balanço patrimonial do Drogão em 31 de maio de 2010 foi segregado e eliminado na determinação do valor do ágio por tratar-se de provisão com garantia de reembolso para a Companhia. O saldo desses passivos indenizáveis em 31 de dezembro de 2010 é de R\$36.249 (R\$34.744 em 31 de maio de 2010) e está registrado na rubrica "Outros créditos" no ativo não circulante. Desse valor, R\$1.792 já se materializaram e serão reembolsados em 2011 pelos ex-cotistas do Drogão e R\$25.457 devem ser reembolsados, caso se materializem. A Companhia possui instrumentos contratuais como garantia de reembolso dessas obrigações. A mensuração da mais-valia dos ativos adquiridos e passivos assumidos foi determinada pela Administração com base em estudo de empresa especializada. O reconhecimento de ativos adquiridos e passivos assumidos resultou no ajuste de R\$15.190 na rubrica "Intangível" referente ao valor de mercado dos pontos comerciais onde se situam as lojas do Drogão. A Companhia utilizou o princípio da substituição para cálculo do valor de mercado dos ativos adquiridos na combinação de negócios. Esse princípio presume que um comprador prudente não irá pagar por uma propriedade um valor maior do que o custo de aquisição de uma propriedade substituída com a mesma utilidade. Os fluxos de caixa futuros dos ativos adquiridos foram definidos em razão dos cálculos de rentabilidade futura usados nos estudos de aquisição e descontados a valor presente pelo "Weighted Average Cost of Capital - WACC". Em 30 de novembro de 2010 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da empresa Drogão pela Companhia. **(c) Custo de aquisição:** O total da transação foi de R\$97.352, sendo R\$25.000 pagos aos cotistas do Drogão em moeda corrente e o restante mediante participação acionária. **(d) Saída de caixa líquida na aquisição:**

Descrição	R\$
Preço de compra pago	25.000
(-) Disponível adquirido	(5.611)
Valor pago, líquido	19.389

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais -R\$, exceto se de outra forma mencionado)

(e) Ágio apurado na aquisição: O ágio apurado na aquisição do Drogão é devido à inclusão, no custo de aquisição, de benefícios à Companhia. Tais benefícios são substancialmente representados por sinergias nos processos de compra e distribuição de mercadorias, crescimento de venda e participação no mercado, desenvolvimento de mercados futuros alinhados com a estratégia de "atacado" e expectativa de geração de lucros futuros. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio, uma vez que os benefícios econômicos futuros não podem ser razoavelmente estimados. Para fins fiscais, a amortização do ágio será considerada dedutível para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O ágio é a mais-valia dos ativos adquiridos e passivos assumidos que surgiram dessa aquisição representam o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da combinação de negócios. O montante que se espera ser dedutível para fins fiscais é de R\$81.662. **(f) Impacto da aquisição no resultado da Companhia:** A aquisição do Drogão gerou os seguintes resultados, incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir de 1º de junho de 2010:

Descrição	RS
Receita líquida de vendas	122.357
Margem de contribuição	11.615
Prejuízo	(18.476)

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Caixa e bancos - conta movimento	13.517	11.651	14.336	12.440
Aplicações financeiras (*)	442	-	443	-
Total	13.959	11.651	14.779	12.440

(*) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que vão de 100% a 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

8. CONTAS A RECEBER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Administradoras de cartões de crédito e convênios	80.292	38.398	89.186	46.008
Cheques a receber	1.061	961	1.061	964
Total	81.353	39.359	90.247	46.972

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Total	(1.655)	(910)	(1.670)	(924)
Total	79.698	38.449	88.577	46.048

A exposição máxima ao risco de crédito nas datas de encerramento dos períodos de relatório é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Até 90 dias	35	52	35	52
De 90 a 180 dias	271	51	18	37
Há mais de 180 dias	1.655	910	1.670	924
Total	81.353	39.359	90.247	46.972

9. ESTOQUES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Medicamentos em geral	163.826	150.206	170.453	157.076
Perfumaria e correlatos	86.099	58.892	89.861	61.474
Estoque para uso e consumo	2.185	1.429	2.185	1.429
Provisão para obsolescência	(1.193)	(780)	(1.646)	(780)
Total	250.917	209.747	260.853	219.199

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
ICMS ST retido antecipadamente (a)	15.109	5.517	15.109	5.517
ICMS - saldo credor (b)	7.525	2.660	7.525	2.660
ICMS - outros	19	23	19	23
IRPJ e CSLL (c)	4.871	8.062	4.919	8.062
IRRF	53	-	115	-
PIS e COFINS	118	1.714	128	1.714
Total	27.695	17.976	27.815	17.976

(a) Créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS gerados a partir de 2008, quando teve início, no Estado de São Paulo, o regime de Substituição Tributária - ST do ICMS, no qual esse tributo passou a ser recolhido pelo fabricante dos produtos comercializados. Esses créditos são gerados pelas transferências de mercadorias para outros Estados da Federação e podem ser liquidados com débitos desse mesmo imposto, mediante regime especial, ou com a sua venda a fornecedores. O processo de ressarcimento exige o atendimento de normativas legais previstos no Regulamento do ICMS-SP - RICMS-SP, Decreto nº 45.490/00, e Portaria CAT nº 17/99, que demandam trabalho de alta complexidade e exigem, entre outras atividades para a apuração do crédito, o desenvolvimento de um software para extração de dados históricos e sua formatação nos "layouts" exigidos. A Administração iniciou, em 2010, todo o esforço necessário para que os valores sejam apurados e homologados com sucesso, o que inclui: (i) a contratação de consultoria especializada; e (ii) investimentos em tecnologia e recursos humanos. Somente após a homologação dos dados apresentados o crédito apurado poderá ser objeto de ressarcimento através das formas previstas na legislação. O tempo de recuperação e os valores que serão recuperados dependem do processo de homologação das autoridades fiscais. (b) Saldo oriundo da aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada (compras no Estado de São Paulo) e de saída de mercadorias (transferência para outros Estados da Federação), de acordo com o inciso I do artigo 71 do RICMS-SP. A Administração da Companhia estima a realização desses créditos durante o ano 2011, principalmente devido à centralização dos recolhimentos de ICMS dos centros de distribuição e das filiais localizadas dentro do Estado de São Paulo. (c) Em exercícios anteriores, a Companhia efetuou compensações de débitos fiscais com saldos antecipados de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as quais foram indeferidas pela Receita Federal. Em decorrência da promulgação da Lei nº 11.941/09, a Companhia decidiu não questionar judicialmente tal indeferimento, reconstituindo o ativo de impostos anteriormente compensados em contrapartida aos passivos fiscais devidos e optou em incluí-los na anistia da referida Lei, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18. (b), O IRPJ e a CSLL ativos serão utilizados em compensações fiscais futuras.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Ativo não circulante:				
Provisões para riscos e impostos e contribuições a recolher	2.061	5.968	2.061	5.968
Provisão para obsolescência de estoque	259	139	259	139
Outras provisões	2.329	2.056	2.329	2.056
Total	4.649	8.163	4.649	8.163

Passivo não circulante

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Alocação de fundo de comércio na aquisição de empresas	5.164	-	5.164	-

A Administração considera o valor contábil dos ativos fiscais diferidos constituídos na Companhia realizáveis na proporção da solução final das ações judiciais impetradas.

(b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	33.200	47.083	37.901	47.484
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(11.288)	(16.008)	(12.886)	(16.145)

(i) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Equivalência patrimonial	(3.062)	335	-	-
Outras (adições) exclusões permanentes	3.576	(943)	(2.788)	(987)
Juros sobre o capital próprio	2.089	1.051	2.089	1.051

(ii) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre prejuízos fiscais, base negativa de CSLL e diferenças temporárias do exercício, para os quais não foram registrados os impostos diferidos em virtude de não haver, no exercício, firmas evidências sobre a sua realização

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Total	(3.515)	-	(3.491)	-

(iii) Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de IRPJ e CSLL

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Total	325	1.200	325	1.200

(iv) Exclusão da reversão de provisão para riscos com base na Lei nº 11.941/09 (nota explicativa nº 18)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Total	148	253	234	261

(v) PAT e adicional de IRPJ

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Total	(11.727)	(14.112)	(16.428)	(14.513)

Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Correntes	(8.213)	(14.045)	(12.914)	(14.446)
Diferidos	(3.514)	(67)	(3.514)	(67)
Total	(11.727)	(14.112)	(16.428)	(14.513)

Alíquota efetiva sobre o lucro líquido

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Total	43,3%	30,6%	43,3%	30,6%

12. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

	31/12/10	31/12/09
Contas a receber:		
Ativo circulante - Farmax (a)	2.777	1.370
Ativo não circulante:		
CODROME	-	-
DSP Administração de Bens Imóveis e Participações S.A.	-	-
JACK Alimentos e Medicamentos Ltda.	-	24
DSP Distribuidora S.A.	444	215
Total	444	239

Contas a pagar:

	31/12/10	31/12/09
Passivo circulante:		
DSP Administração de Bens Imóveis e Participações S.A.	7.524	5.182
CODROME (b)	7.524	5.182
Total	15.048	10.364

Passivo não circulante:

	31/12/10	31/12/09
Farmax (c)	690	7.581
DSP Administração de Bens Imóveis e Participações S.A. (d)	690	1.249
Total	1.380	8.830

Resultado:

	31/12/10	31/12/09
Receitas de vendas - Farmax (a)	162.199	135.648
Despesas de aluguel - DSP Administração de Bens Imóveis e Participações S.A. (d)	(11.837)	(11.021)

(a) Valor referente à venda de mercadorias para comercialização. (b) Valor referente a juros sobre o capital próprio a pagar para a controladora. (c) Valor referente a contrato de aluguel. (d) Aluguéis de imóveis a pagar. Remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. A remuneração da Diretoria e dos membros da Administração da Companhia e de suas controladas é como segue:

	31/12/10	31/12/09
Remuneração		
Proventos e encargos sociais	2.850	2.402
Gratificações	1.208	2.036
Total	4.058	4.438

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria.

13. INVESTIMENTOS

A participação nas controladoras e suas principais informações são como segue:

Controladas	Controladora (BR GAAP) - 2010		31/12/10		31/12/09	
	Quantidade de cotas/ações possuídas	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Participação - %	Saldo de investimento
Farmax	522.155	522	15.354	9.223	100,00	15.354
Drogão (*)	-	-	-	-	-	(18.476)
Drogão Cartões	20.000	20	364	246	100,00	364
Total						15.718

Movimentação dos investimentos

	Farmax	Drogão	Drogão Cartões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	23.071	-	-	23.071
Aquisição de controladas	-	(46.863)	118	(46.745)
Resultado de equivalência patrimonial	9.223	(18.476)	246	(9.007)
Distribuição de dividendos	(16.940)	-	-	(16.940)
Aumento de capital	-	20.244	-	20.244
Incorporação mediante extinção de cotas (*)	-	45.095	-	45.095
Saldo em 31 de dezembro de 2010	15.354	364	364	15.718

(*) Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, em 21 de junho de 2010 a Companhia adquiriu as empresas Drogão e Drogão Cartões. Em 30 de novembro de 2010, a empresa Drogão foi incorporada pela Companhia, mediante a extinção da totalidade das cotas do capital social do Drogão.

14. IMOBILIZADO

	Controladora (BR GAAP)		31/12/10		31/12/09	
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terenos	-	18	-	18	-	18
Edifícios e construções	-	-	-	-	-	-
Instalações, máquinas e equipamentos	4	-	-	-	-	-
Benefeitorias em imóveis	10	42.238	(14.799)	27.439	27.231	(11.770)
de terceiros	20	66.488	(25.106)	41.382	40.871	(17.584)
Equipamentos de informática	20	18.531	(10.674)	7.857	17.191	(8.702)
Móveis e utensílios	10	39.893	(17.857)	22.036	29.909	(15.558)
Veículos	20	6.237	(3.267)	2.970	4.597	(2.466)
Imobilizado em andamento	-	6.667	-	6.667	2.983	-
Total		180.072	(71.703)	108.369	122.782	(56.080)

As alterações registradas na rubrica "Imobilizado" foram as seguintes:

	Controladora (BR GAAP)		31/12/10		31/12/09	
	31/12/09	Adições	Baixas	Transferências	31/12/10	31/12/09
Custo:						
Terenos	-	18	-	-	18	-
Edifícios e construções	-	-	-	-	-	-
Instalações, máquinas e equipamentos	27.231	15.260	(200)	(53)	42.238	-
Benefeitorias em imóveis de terceiros	40.871	17.772	(667)	8.512	66.488	-
Equipamentos de informática	17.191	2.069	(713)	(16)	18.531	-
Móveis e utensílios	29.909	10.034	(358)	308	39.893	-
Veículos	4.597	1.766	(126)	-	6.237	-
Imobilizado em andamento	2.983	12.458	(23)	(8.751)	6.667	-
Total do custo	122.782	59.377	(2.087)	-	180.072	-
Depreciação acumulada:						
Edifícios e construções	-	-	-	-	-	-
Instalações, máquinas e equipamentos	(11.770)	(3.141)	119	(7)	(14.799)	-
Benefeitorias em imóveis de terceiros	(17.584)	(7.924)	363	39	(25.106)	-
Equipamentos de informática	(8.702)	(2.670)	690	8	(10.674)	-
Móveis e utensílios	(15.558)	(2.531)	272	(40)	(17.857)	-
Veículos	(2.466)	(927)	126			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais -R\$, exceto se de outra forma mencionado)

a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, próprios, e terão benefícios de redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção de prazo de pagamento escolhida. Conforme regras definidas para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, após ter protocolado petições na Justiça oficializando a desistência das ações judiciais cujos tributos estão sendo objeto de parcelamento, fez os requerimentos de adesão aos parcelamentos, escolhendo as modalidades de pagamento e indicando a natureza genérica dos débitos fiscais, para os quais foram feitos os pagamentos das respectivas prestações iniciais, conforme as regras definidas na Portaria Conjunta da Secretaria da Receita Federal e PGFN. Esse processo de parcelamento está em análise pelas autoridades fiscais para deferimento, ficando a Companhia no aguardo da aceitação pelos órgãos competentes para iniciar o pagamento das devidas parcelas. A seguir, demonstramos os valores incluídos no parcelamento conforme a Lei nº 11.941/09 pela Companhia e suas controladas:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Principal	2.579	9.657	2.579	9.657
Inclusões (novos processos)	843	-	843	-
Inclusões (REFIS Drogão)	13.807	-	13.807	-
Atualização monetária	2.367	6.707	2.367	6.707
Total dos débitos	19.596	16.364	19.596	16.364
Reduções (multas, juros e encargos legais)	(955)	(3.530)	(955)	(3.530)
Saldo a parcelar	18.641	12.834	18.641	12.834
Pagamentos efetuados	(1.010)	(10.255)	(1.010)	(10.255)
Saldo em aberto	17.631	2.579	17.631	2.579
Parcela de curto prazo	1.513	271	1.513	271
Parcela de longo prazo	16.118	2.308	16.118	2.308
	17.631	2.579	17.631	2.579

19. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Férias	22.594	15.270	24.453	17.026
Salários a pagar	8.745	4.739	9.378	5.182
FGTS a recolher	1.766	1.146	1.947	1.257
INSS a recolher	5.857	3.569	6.322	3.917
Participação nos lucros	3.000	3.741	3.000	3.741
Outros	374	161	382	158
Total	42.336	28.626	45.482	31.281

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A movimentação e composição da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários é a seguinte:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Trabalhistas (a)	19.070	2.081	19.139	2.035
Cíveis (b)	6.691	1.715	7.021	1.733
Tributários (c)	13.880	20.179	14.627	21.053
	39.641	23.975	40.787	24.821
Depósitos judiciais	15.255	13.881	15.494	14.238
Movimentação da provisão para contingências				

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Saldo em 31 de dezembro de 2009		23.975		24.821
Adições e atualizações monetárias, líquidas dos pagamentos do ano		501		801
Adições de processos assumidos na aquisição do Drogão (d)		27.514		27.514
Reversão em virtude de processos incluídos no parcelamento		(843)		(843)
Reversão em virtude de alteração na estimativa das contingências		(11.506)		(11.506)
Saldo em 31 de dezembro de 2010		39.641		40.787

(a) A Companhia e suas controladas são partes passivas de reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários e terceiros, cujos pedidos, em sua maioria, se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária. (b) A Companhia e suas controladas são partes passivas em ações e procedimentos no âmbito da justiça cível, do juizado especial cível e da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, movidas por consumidores, fornecedores e ex-funcionários, sendo a maioria referente a pedidos de indenização. (c) A Companhia e suas controladas são partes passivas em ações e procedimentos tributários, sendo a mais relevante relacionada à exclusão da taxa de administração paga às operadoras de cartão de crédito e débito em razão de sua prestação de serviço de concessão e aprovação de crédito para a realização da operação mercantil. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2009 era de R\$11.490. Em 2010, esse processo foi encerrado com ganho de causa para a Companhia, e o valor da provisão foi totalmente revertido contra o resultado do exercício na rubrica "Outras receitas operacionais, líquidas" (nota explicativa nº 24). (d) Em 21 de junho de 2010, a Companhia adquiriu a Drogão (vide nota explicativa nº 6) e, em decorrência da aplicação do pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, reconheceu provisão para passivos contingentes em seu balanço patrimonial no valor de R\$25.977. Esse valor é baseado na avaliação dos advogados externos da Companhia, para riscos cujo prognóstico de perda foi considerado provável, mesmo que não materializados em processos judiciais. O passivo atualizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$27.513. No entanto, na eventualidade de se materializar alguma perda da responsabilidade dos sócios vendedores, a Companhia possui mecanismos contratuais de ressarcimento. Dessa forma, foi constituído um contas a receber com os sócios vendedores, nesse mesmo montante. A Administração da Companhia e de suas controladas não considerou necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre os processos judiciais em andamento no montante aproximado de R\$66.774 (R\$65.042 em 2009) para os quais, na avaliação dos seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível. **Depósitos judiciais:** Os tributos e as obrigações trabalhistas discutidos nas esferas administrativa e judicial garantidos por depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Processos cíveis	6.435	6.200	6.435	6.200
Processos trabalhistas	3.895	3.050	4.043	3.381
Processos tributários	4.925	4.631	5.016	4.657
Total	15.255	13.881	15.494	14.238

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social: Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de junho 2010, foi aprovada a elevação do capital social para R\$60.229, pela emissão de 1.935.790 ações pelo valor unitário de R\$37,37, sendo R\$2,35 correspondentes a aumento de capital no valor de R\$4.549 e R\$35,02 destinados à formação de reserva de capital a título de ágio na subscrição de ações, no valor de R\$67.803. Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia, no montante de R\$60.229 (R\$55.680 em 2009), está representado por 25.629.408 (23.693.618 em 2009) ações ordinárias sem valor nominal. **(b) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido para constituição da reserva legal de 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades Anônimas. O lucro remanescente terá a destinação que lhe derem os acionistas na reunião de Diretoria. O Estatuto Social facilita a distribuição de dividendos com base em balanços intermediários. Durante os exercícios de 2010 e de 2009, foi aprovado em reuniões da Diretoria o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio nos montantes de R\$6.838 e R\$3.091, respectivamente, integralmente liquidados nos respectivos exercícios. Em 31 de dezembro, foi destacado o montante a título de distribuição de dividendos, dividido da seguinte forma:

	31/12/10	31/12/09
Lucro líquido base de cálculo dos dividendos	21.473	32.971
Reserva legal	(1.074)	(1.648)
Lucro líquido ajustado	20.399	31.323
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	5.100	7.831
Dividendo mínimo obrigatório por ação - R\$	0,20	0,33
O dividendo proposto tem a seguinte composição:		
Juros sobre o capital próprio líquido do IRRF imputado ao dividendo mínimo obrigatório	5.224	2.627
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	922	464
Juros sobre o capital próprio registrados no passivo	6.146	3.091
Dividendos	692	692
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio	6.838	3.091
Total por ação - R\$	0,23	0,13

A Diretoria

Eduardo dos Santos Miranda - Contador - CRC nº 1SP241.150/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da DROGARIA SÃO PAULO S.A. São Paulo - SP
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da DROGARIA SÃO PAULO S.A. ("Companhia") e controladas, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento

O efeito de juros sobre o capital próprio sobre o cálculo das provisões de imposto de renda e contribuição social no exercício foi uma redução de R\$2.089 (R\$1.051 em 2009).
A movimentação dos dividendos é como segue:

	Valor
Saldo de dividendos e juros sobre o capital próprio em 2009	5.182
Juros sobre o capital próprio propostos em 2010	5.224
Dividendos intermediários referentes a 2010	692
Pagamentos realizados	(3.574)
Saldo de dividendos e juros sobre o capital próprio em 2010	7.524

(c) **Reserva legal:** Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$1.074 conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. (d) **Ágio na emissão de ações:** Essa reserva é constituída na emissão de ações e refere-se a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social. (e) **Retenção de lucros:** O saldo remanescente do lucro do exercício, no montante de R\$13.561 (R\$28.232 em 2009), foi transferido para uma reserva de lucros de acordo com a Lei nº 11.638/07 e será utilizado de acordo com as expectativas da Administração, conforme orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receita operacional bruta	2.029.824	1.701.025	2.214.171	1.706.282
(-) Impostos incidentes	(22.220)	(17.498)	(26.067)	(17.674)
(-) Descontos e devoluções	(31.821)	(24.721)	(45.071)	(26.113)
Receita operacional líquida	1.975.783	1.658.806	2.143.033	1.662.495

23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Custo de estoque	1.562.310	1.302.145	1.642.099	1.301.357
Despesa com pessoal e encargos	242.575	195.205	290.634	196.759
Despesa com ocupação	47.473	38.469	58.183	38.836
Utilidades e serviços públicos	13.321	10.868	19.586	10.985
Propaganda e publicidade	10.135	13.712	11.082	13.756
Impostos e taxas	6.020	4.165	6.703	4.173
Serviços contratados diversos	17.531	13.836	24.458	13.897
Material de consumo	7.911	5.917	9.911	6.015
Outras despesas	10.701	11.950	18.948	12.625
Total	1.917.977	1.596.267	2.081.604	1.598.403
Classificadas como:				
Custo das mercadorias vendidas	1.562.310	1.302.145	1.642.099	1.301.357
Despesas com vendas	276.582	238.116	337.504	240.294
Despesas gerais e administrativas	79.085	56.006	102.001	56.752
Total	1.917.977	1.596.267	2.081.604	1.598.403

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Efeitos da movimentação na provisão para contingências	11.005	(1.366)	9.939	(2.212)
Ganho com processos judiciais ativos	2.524	-	2.524	-
Redução de juros e multa-parcelamento de impostos	957	3.530	957	3.530
Outras receitas (despesas) operacionais	1.438	(105)	696	672
Total	15.924	2.059	14.116	1.990

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receitas financeiras:				
Juros recebidos	848	3.449	962	3.449
Receita de aplicações financeiras	42	13	63	13
Descontos obtidos	409	453	409	453
Variações monetárias ativas	3.984	4.408	4.063	4.412
Total	5.283	8.323	5.497	8.327
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(7.531)	(1.487)	(10.669)	(1.487)
Outros juros e taxas bancárias	(5.425)	(2.039)	(6.265)	(2.039)
Variações monetárias passivas	(2.237)	(7.573)	(2.237)	(7.591)
Total	(15.193)	(11.099)	(19.171)	(11.117)
Resultado financeiro	(9.910)	(2.776)	(13.674)	(2.790)

26. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas possuíam 305 contratos de locação de suas lojas firmados com terceiros, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadraram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de cinco anos, sujeitos à renovação. Os contratos de aluguel das lojas da Companhia possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação. O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente de 1,5% a 4% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$35.382 (R\$18.954 em 2009) no consolidado. O saldo da rubrica "Aluguéis a pagar", incluído em rubrica específica do passivo circulante em 31 de dezembro de 2010, é de R\$4.536 (R\$2.355 em 31 de dezembro de 2009) no consolidado. Os compromissos futuros (consolidado), oriundos desses contratos, a valores de 31 de dezembro de 2010 totalizam um montante mínimo de R\$147.726, sendo:

	Valor
2011	44.293
2012	38.209
2013	28.775
2014	20.858
Demais vencimentos até 2020	15.591
Total	147.726

27. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não mantém nenhuma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas; dessa forma, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação:

	31/12/10	31/12/09
Lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia	21.473	32.971
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação (em milhares)	24.823	23.694
Lucro por ação básico - R\$	0,87	1,39

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - (a) Gestão do risco de capital: Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 16), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 7) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 21). Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2010 podem ser assim resumidos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Total dos empréstimos e financiamentos	135.914	13.601	135.914	13.601
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(13.959)	(11.651)	(14.779)	(12.440)
Dívida líquida	121.955	1.950	121.135	1.161
Total do patrimônio líquido	189.415	102.428	189.415	102.428
Total do capital	311.370	104.378	310.550	103.589
Índice de dívida líquida	64,39%	1,90%	63,95%	1,13%

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira. (b) **Práticas contábeis significativas:** Os detalhes das principais práticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido, estão descritas na nota explicativa nº 3. (c) **Categorias de instrumentos financeiros:**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	(13.959)	(11.651)	(14.779)	(12.440)
Contas a receber de clientes	(79.698)	(38.449)	(88.577)	(40.048)
	(93.657)	(50.100)	(103.356)	(52.488)
Passivos financeiros:				
Empréstimos e financiamentos	135.914	13.601	135.914	13.650
Fornecedores	231.030	205.311	231.573	205.652
	366.944	218.912	367.487	219.302